



# Análise comparativa entre Brasil e EUA

Vitor A. Ozaki \*

**O** Brasil e os EUA apresentam diferentes características pedoclimáticas e de relevo. Por este motivo, a incidência de fenômenos naturais afeta diferentemente a agricultura nos dois países. Naturalmente, os produtores utilizam diversos tipos de mecanismos de administração de riscos. Mas, dentre todos esses, o seguro é um dos que apresentam maior potencial de crescimento, principalmente no Brasil.

Nos EUA, a primeira constatação a respeito da utilização do seguro agrícola privado de riscos múltiplos ocor-

reu na região de Minneapolis, em 1899, cobrindo a cultura do trigo, que durou apenas um ano. Até o início da década de 30, diversas experiências foram conduzidas, mas a grande maioria, sem êxito. A falta de experiência e a ausência de dados estatísticos impossibilitaram o desenvolvimento do seguro.

Em 1938, foi criada a Companhia Federal de Seguro Agrícola (FCIC), situada em Washington, ligada ao Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA). Competia à FCIC a formulação das políticas, ad-

ministração, pesquisa e coordenação com outras agências.

Nesse mesmo ano, o Estado de São Paulo iniciou o seguro para a cultura do algodão, por meio do Instituto Agrônomo do Estado. A importância relativa ao seguro contra granizo foi escriturada à parte, constituindo o Fundo de Defesa da Lavoura Algodoeira Contra o Granizo.

O programa de seguro agrícola norte-americano entrou em operação apenas em 1939, inicialmente, com a cultura do trigo, mais tarde, incluindo algodão, milho e fumo. Nos três primeiros anos, o índice de sinistralidade (IS) foi de 1,62 (1939), 1,51 (1940) e 1,68 (1941). De 1948 a 1959, o IS médio ficou em 0,95. A década de 60 apresentou rápido crescimento da cobertura, que chegou a totalizar US\$920 milhões em 1969, com índice de sinistralidade médio de 0,96.

Em 1954, foi criada no Brasil a Companhia Nacional de Seguro Agrícola (CNSA), com o intuito de desenvolver progressivamente operações de seguros rurais. Mas devido a diversos problemas operacionais, influências de natureza político-partidárias e sucessivos déficits, a CNSA foi dissolvida em 1966. Apenas em 1973, o Governo Federal voltou a apoiar os produtores nacionais - contra riscos climáticos -, criando o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro).

É interessante ressaltar que o Proagro não é um seguro. O seguro agrícola é uma operação propriamente dita, regulamentada e fiscalizada pelos órgãos que tratam do seguro privado. Já o Proagro constitui um programa governamental de apoio à produção agrícola, com a possibilidade de captação de recursos orçamentários sob a orientação da política agrícola do governo.

Enquanto isso, nos EUA, o programa passava por diversos ajustes para que pudesse se auto-sustentar financeiramente. Incentivos foram dados aos produtores para que participassem do programa. No período de 1970 a 1978, os resultados foram satisfatórios, apesar da baixa adesão. O IS médio ficou em 0,93.

Em 1980, os congressistas norte-americanos aprovaram a Lei Federal do Seguro Agrícola, garantindo que: o programa de seguro agrícola contra múltiplos riscos (MPCI) fosse garantido como a principal forma de proteção contra desastres e que houvesse subsídio de, no mínimo, 30% do prêmio para os níveis garantidos de produtividade de 50% e 65%.

Como resultado imediato, a área segurada aumentou 81% (em 1981), passando de 10,6 para 19,3 milhões de hectares. As indenizações, no período de 1981 a 1994, superaram o total de prêmios em US\$3,3 bilhões. O IS médio ficou em 1,41. A participação aumentou lentamente: de 10% (em 1980) para 38% (em 1994).

Tendo em vista a baixa taxa de adesão e os altos déficits acumulados no período, o governo sancionou a Lei de Reforma do Seguro Agrícola (1994), com as seguintes atribuições, dentre outras:

- I) Descontinuidade das medidas assistenciais a desastres;
- II) A compulsoriedade da participação no MPCI dos agricultores interessados em beneficiar-se dos outros programas agrícolas governamentais;
- III) A cobertura catastrófica (CAT) como o nível de cobertura mínima do MPCI (50%), com o objetivo de substituir os programas assistenciais a desastres.

Com o intuito de fornecer aos produtores maior proteção, o Governo permitiu o início do desenvolvimento pela FCIC do seguro de renda como alternativa ao MPCI. Com isso, a responsabilidade da FCIC aumentou de US\$13,5 bilhões (1994) para US\$23,7 bilhões (1995).

Nesse mesmo ano, foi criada a Agência de Administração de Riscos (RMA), vinculada ao USDA, para promover, dar suporte e regular mecanismos de administração de risco voltados aos produtores rurais norte-americanos.

A RMA e a FCIC regulam as operações de seguro agrícola, por meio do estabelecimento das taxas atuariais, das fixações de responsabilidades máximas permitidas para cada seguradora, análises dos novos produ-

tos desenvolvidos pela iniciativa privada e a popularização do seguro agrícola por meio de atividades educacionais e de extensão.

Outro aspecto interessante é que os custos (administrativo e operacional) das seguradoras são subsidiados pelo Governo. A maioria dos 27 mil corretores de seguro agrícola trabalha de maneira independente, podendo estar ligados a mais de uma seguradora. São comissionados e recebem uma certa proporção do prêmio pago por contrato.

O nível de subsídio incidente sobre o valor do prêmio varia de acordo com o percentual de cobertura. Quanto maior o nível de cobertura, maior será a taxa de prêmio e menor será o subsídio.

No Brasil, após a dissolução da CNSA (em 1966), algumas seguradoras estatais e privadas tentaram operar o seguro, mas quase todas apresentaram resultados insatisfatórios. Dentre as estatais, a Companhia de Seguros do Estado de São Paulo

tarde, por meio do Decreto nº 5.121/04, mas sua operacionalização se deu apenas em 2005.

Aqui, o resseguro das operações ainda é monopólio do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB Brasil-Re). O mercado securitário aguarda o início da abertura do mercado de resseguros. Com essa abertura, novas resseguradoras poderão concorrer no mercado, aumentando as possibilidades disponíveis para as seguradoras, além de diversificar e desenvolver novos produtos.

Lá, o resseguro obedece ao Acordo de Resseguro Padrão (SRA), que prevê três formas de resseguro: fundo de risco assinalado, fundo de desenvolvimento e fundo comercial. A seguradora pode optar pelos diferentes tipos de fundos, sendo que a diferença básica consiste na retenção de certo percentual do prêmio líquido e sua responsabilidade associada, para cada tipo de contrato.

Por fim, se percebe que o programa de seguro agrícola norte-americano

evoluiu e amadureceu paulatinamente. Diversos ajustes foram realizados para que, hoje, o seguro agrícola seja um dos principais mecanismos governamentais de gestão de riscos. O quadro ao lado ilustra a dimensão do programa (em 2003).

Por outro lado, no Brasil, o seguro, até pouco tempo atrás, funcionava em moldes puramente privados. A teoria econômica já apontava que o funcionamento do mercado securitário nesses moldes não seria possível. Um dos principais motivos decorre da assimetria das informações.

O seguro rural, no Brasil, é ainda pouco desenvolvido. Os prêmios arrecadados no seguro rural corresponderam (em 2004) a apenas 0,74% do total do mercado securitário. Para tentar impulsionar as operações, o Governo Federal decidiu apoiar o mercado securitário, com o objetivo de incentivar a demanda por contratos de seguro. ■

(\*) Pesquisador do PRODOC e professor colaborador do Departamento de Economia, Administração e Sociologia da ESALQ/USP. Av. Pádua Dias, 11 Agronomia - Piracicaba/SP - CEP: 13418-900.

#### Os números do Seguro rural nos EUA

Número de apólices	1,26 milhões
Prêmio arrecadados	US\$ 3,06 bilhões
Valor segurado	US\$ 40,63 bilhões
Área segurada	218 milhões (acres) ou 88,2 milhões (hectares)
Culturas cobertas	mais de 100
Planos de seguro	22
1 acre = 0,4047 Ha	
Fonte: RMA (2003)	

(Cosesp) se destacou no seguro de custeio agrícola. Atualmente, não há nenhuma estatal operando na modalidade agrícola. Algumas seguradoras privadas iniciaram suas atividades a partir de 2000, mas com abrangência e cobertura limitadas.

Como acontece em diversos países, o seguro agrícola necessita do apoio do Estado. No Brasil, não haveria de ser diferente. Desta forma, foi aprovada, em 2003, a Lei 10.823/03, que concedeu subvenção em parte do prêmio pago pelo produtor e que, entre outras atribuições, criou o Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural, ligado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). A regulamentação da Lei ocorreu alguns meses mais